

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	4
5.5 - Alterações significativas	5
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	18
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	21
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	22
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	32
10.8 - Plano de Negócios	33
10.9 - Outros fatores com influência relevante	34

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1 Descrição da política de gerenciamento dos fatores de risco adotada pelo emissor**

Os riscos a que a Companhia e suas Controladas estão sujeitas estão resumidos no itens 4.1 e 4.2.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Manutenção de caixa e de linhas de créditos junto às instituições financeiras a níveis adequados ao tipo de produto e negócios da Companhia com o objetivo de minimizar riscos de liquidez.

Identificação antecipada de situações que possam exigir a contratação de operações de hedge com o objetivo de minimizar os riscos financeiros da Companhia.

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos cambiais

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Quando aplicável, os instrumentos financeiros a serem contratados são definidos em relação ao risco a ser coberto, situação financeira e de crédito da Companhia, cenário de mercado, além de covenants contratuais, análise de crédito e spread a ser cobrado pela instituição financeira.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Vide item “b” acima

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Contratos de hedge, quando aplicável, limitam-se à cobertura necessária. São precificados segundo as metodologias de mercado vigentes.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não opera

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Estatuto prevê que, em caso de oferecimento de garantias reais ou oneração de bens imóveis, as operações devem ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração. Os casos omissos no estatuto serão resolvidos pela Diretoria, “ad referendum” do Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Controles Internos são regulados pelas Normas Administrativas, Instruções de Trabalho, Procedimentos e Manuais integrantes do Sistema de Gestão Integrada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras contábeis**

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa são adequados ao tipo de atividade e volume de transações da Companhia.

Recomendações presentes no relatório do auditor, quando aplicável, são consideradas e confrontadas com os procedimentos de Controles Internos os quais são revisados quando necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de Integralidade

Em implantação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em 2019, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,1% em relação a 2018 após alta de 1,1% em 2017 e retrações de 3,3% em 2016 e 3,5% em 2015. Nessa comparação, houve crescimento na Agropecuária (1,3%), discreto crescimento na indústria (0,5%) e crescimento nos Serviços (1,3%).

A produção da indústria nacional cresceu 0,5% em 2019, demonstrando a sequencial queda do setor que cresceu apenas 0,6% em 2018 e retração de 0,5% em 2017. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014 (IBGE).

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 0,4% na produção física em 2019.

As áreas de equipamentos para mineração, usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas, com a ausência de novos projetos de investimentos em novas unidades.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais****10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia e suas controladas BAREFAME Instalações Industriais Ltda., DURAFERRO Indústria e Comércio Ltda. e BARDELLA Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., estão em processo de recuperação judicial desde 26/07/2019.

Continuidade operacional

A Companhia continua com suas atividades operacionais em suas diversas unidades, embora em níveis baixos.

A redução do número de colaboradores visa adequar os custos e demais despesas operacionais de cada unidade.

O mercado de bens de capital continua estagnado, com poucas encomendas de equipamentos, serviços e reformas de equipamentos.

A administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, realização de valores a receber de clientes, entre outras. Atuou efetivamente nas renegociações para alongamento das dívidas com bancos, fornecedores, colaboradores e sindicatos (dívidas trabalhistas).

Ao final de 2017 a Companhia concluiu a operação de alongamento do prazo de sua dívida junto ao Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 129 milhões, deslocando vencimentos de 2018 nesse montante para pagamentos parcelados de 2019 a 2025. Da mesma forma, em 2018 concluiu a operação de alongamento da dívida junto ao Bradesco S/A, no montante de R\$ 23 milhões, de 2018 para pagamentos parcelados de 2019 a 2024.

A Companhia conta também com apoio de terceiras partes relacionadas, através de mútuos tomados.

Além disso, com o objetivo de melhorar as disponibilidades de caixa, realizou vendas de ativos ociosos e aproveitou oportunidade para realização de uma de suas propriedades para investimento, tendo sido concluído em 2018 a venda de um imóvel da controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguro Ltda.

Apesar das austeras medidas que a administração tem tomado e, pelo motivo da baixa atividade operacional, a Companhia enfrenta dificuldades para manter seus compromissos.

Tais dificuldades levaram a administração a apresentar, em 26 de julho de 2019, pedido de recuperação judicial, abrangendo a Controladora e algumas de suas controladas.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$ Mil)	b) capital subscrito (em R\$ Mil)	c) capital integralizado (em R\$ Mil)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325	44.325	44.325	integralizado
Preferenciais	992.808	72.474	72.474	72.474	integralizado
Total	1.600.000	116.800	116.800	116.800	integralizado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ações detidas pelos controladores:

Nome	Total Ações	%	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
Claudio Bardella	368.988	23,06	353.367	58,20	15.621	1,57
Claudio Bardella Junior	8	-	-	-	8	-
Ana Tereza Bardella	1	-	1	-	-	-
Total	368.997	23,06	353.368	58,20	15.629	1,57

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia e suas controladas BAREFAME Instalações Industriais Ltda., DURAFERRO Indústria e Comércio Ltda. e BARDELLA Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., estão em processo de recuperação judicial desde 26/07/2019, não tendo ocorrido até o momento a Assembleia de Credores para aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas

	Indexador	Taxa média anual de juros	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BNDES - Inovação	TJLP	TJLP+4,18%aa	15/04/2025	13.154	11.872	13.154	11.872
BNDES - Cap. Produtiva	TJLP	TJLP+5,38%aa	15/04/2024	4.293	3.830	4.293	3.830
Brasil - Finame (**)	FIXO	5% aa	15/07/2024	457	431	457	431
Imobilizado		Sub-total		17.904	16.133	17.904	16.133
BNDES - Capital de Giro	SELIC	SELIC+5,66%aa	15/04/2021	31.125	27.829	31.125	27.829
Capital de Giro	SELIC	CDI+3,00%aa	28/05/2019	2.830	2.614	2.830	2.614
B.Bradesco - Capital de Giro (*)	CDI	CDI+3,00%aa	30/07/2024	26.323	24.093	26.323	24.093
Capital de Giro	CDI	CDI+3,40%aa	27/05/2019	2.657	2.422	2.657	2.422
		CDI+2,00%aa até 12/20 e CDI+3,00%aa após				152.184	
B.Brasil - Capital de Giro (**)	CDI		15/06/2025	152.184	140.523		140.523
Capital de Giro		Sub-total		215.119	197.481	215.119	197.481
Total Geral:				233.023	213.614	233.023	213.614
Parcela Circulante				86.432	24.868	86.432	24.868
Parcela não circulante				146.592	188.746	146.592	188.746
Juros incorridos no período (janeiro a dezembro de cada exercício)				19.228	15.457	19.228	15.457

Os financiamentos BNDES Inovação, BNDES Capacidade Produtiva e BNDES Capital de Giro têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Guarulhos – SP. O valor contábil é de R\$ 90.386.

(*) Financiamentos contratados com o Banco Bradesco S/A e têm como garantia imóveis registrados como propriedade para investimentos, sendo dois imóveis localizados em São Mateus – ES, cujo valor contábil do investimento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

é de R\$ 3.821 e dois imóveis localizados em São Paulo – SP, com valor contábil do investimento de R\$ 6.808. Os contratos foram negociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2024.

(**) Financiamentos contratados com o Banco do Brasil S.A. e têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba e de Araras – SP , propriedade para investimento e imobilizado, respectivamente. O valor contábil dos ativos é de R\$ 82.000 e R\$ 11.980, respectivamente.

Os contratos foram renegociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2025.

Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
Circulante	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de clientes	52.874	32.930	59.244	44.603
Adiantamento de partes relacionadas	6.430	1.573	-	-
	59.304	34.503	59.244	44.603
Não Circulante				
Adiantamento de clientes	14.053	14.053	14.053	14.053
	73.357	48.556	73.297	58.656

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente à receita reconhecida por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, conforme previsto no CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

São as seguintes as fontes disponíveis para fabricantes de bens de capital:

- Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- Investimentos em ativo imobilizado: linhas de financiamento Finame para máquinas e equipamentos e linhas de financiamento Finem para os demais investimentos fixos.
- Capital de Giro: financiamentos em bancos comerciais, bem como BNDES.

Devido à Companhia estar em recuperação Judicial, a possibilidade de utilização dessas fontes dependem da evolução do processo de recuperação e, conseqüentemente, da possibilidade de oferecer garantias.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O endividamento da Companhia com Instituições Financeiras, para financiamento de capital de giro e imobilizado representa 31,1% do ativo total na Controladora e 31,2% consolidado.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
Ver item “d”

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas
As garantias estão descritas no item “d”.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.
As restrições atuais estão vinculadas ao processo de recuperação judicial.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratados e seus vencimentos estão demonstrados no item 10.1 d).

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2019 e o comparativo com 31/12/2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Bardella S.A. Indústrias Mecânicas - Em Recuperação Judicial**

(Companhia aberta)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida	23	16.625	79.945	38.038	93.699
Custos dos produtos vendidos e/ou dos serviços prestados	24	(39.956)	(101.076)	(60.278)	(118.994)
Lucro bruto		(23.331)	(21.131)	(22.240)	(25.295)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(7.887)	(7.264)	(8.239)	(7.660)
Despesas gerais e administrativas	24	(11.189)	(13.464)	(14.805)	(16.941)
Honorários e participação da administração	24	(3.212)	(4.315)	(3.225)	(4.336)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(17.147)	(12.748)	396	(2.232)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidos	25	(161.585)	(19.840)	(168.767)	(21.738)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(224.351)	(78.762)	(216.880)	(78.202)
Receitas financeiras	26	7.991	4.401	6.112	2.491
Despesas financeiras	26	(35.905)	(22.504)	(38.477)	(22.456)
Despesas financeiras líquidas		(27.914)	(18.103)	(32.365)	(19.965)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(252.265)	(96.865)	(249.245)	(98.167)
Imposto de renda e contribuição social		47.845	1.003	44.825	2.305
Corrente	9	-	-	-	(1.719)
Diferido	9	47.845	1.003	44.825	4.024
Prejuízo do exercício - Atribuído aos acionistas controladores		(204.420)	(95.862)	(204.420)	(95.862)
Prejuízo por ações por lote de mil ações (em reais):					
Básico	22	(127,76)			
Diluído	22	(127,76)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Receita operacional líquida: Do ponto de vista econômico, o ano de 2019 continuou sem decisões de investimentos significativas na área de bens de capital, principalmente em bens de capital sob encomenda.

Em 2019, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,1% em relação a 2018 após alta de 1,1% em 2017 e retrações de 3,3% em 2016 e 3,5% em 2015. Nessa comparação, houve crescimento na Agropecuária (1,3%), discreto crescimento na indústria (0,5%) e crescimento nos Serviços (1,3%).

A produção da indústria nacional cresceu 0,5% em 2019, demonstrando a sequencial queda do setor que cresceu apenas 0,6% em 2018 e retração de 0,5% em 2017. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 3% em 2014 (IBGE).

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 0,4% na produção física em 2019.

As áreas de equipamentos para mineração, usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas, com a ausência de novos projetos de investimentos em novas unidades.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

Devido aos fatores apresentados acima, a receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 38,0 milhões em 2019 com decréscimo de 58,6% em relação a 2018, quando registrou R\$ 93,7 milhões.

Em 2019, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 3,5 milhões (R\$ 16,0 milhões em 2018).

Lucro Bruto: A margem bruta consolidada de -27,0% em 2018 passou para -58,5% em 2019

Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações: As despesas de vendas, administrativas e honorários apresentaram redução de 34,3% na controladora e redução de 37,7% no consolidado, apesar do aumento nas provisões com devedores duvidosos.

Resultado financeiro líquido: O desempenho do resultado financeiro líquido deve-se à condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, ocorrências de atrasos de pagamentos por alguns clientes, volume e taxas de juros dos contratos de mútuos e financiamentos bancários, além de encargos sobre atraso de pagamento de tributos.

Devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela Companhia em 2019, o prejuízo financeiro líquido aumentou em 54,1% (Controladora) e 62,1% (Consolidado) em relação a 2018.

Resultado da equivalência patrimonial: O aumento do prejuízo da Controladora em 34,5% em relação a 2018 deve-se à escassez de novas encomendas nas Controladas.

Outras despesas e receitas operacionais líquidas: O aumento do prejuízo líquido na Controladora, deve-se principalmente ao aumento das provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências, perdas com ociosidade, perdas com variação de ajuste a valor justo em propriedades para investimentos e perdas com "impairment" de ativos (títulos e valores mobiliários e baixa do ágio na aquisição de investimentos - DURAFERRO), cujas consequências estão refletidas também no consolidado.

Lucro/Prejuízo operacional: O prejuízo operacional (antes do imposto de renda e contribuição social) da Controladora de R\$ -252,3 milhões deve-se principalmente ao baixo volume de receita líquida operacional, além dos reflexos causados pelas dificuldades financeiras em 2019.

Lucro/Prejuízo Líquido: A diminuição do prejuízo operacional causada pelo imposto de renda e contribuição social diferido deve-se principalmente pela reversão de provisões de créditos fiscais diferidos em função das variações de ajustes a valor justo de propriedades para investimento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL****Bardella S.A. Indústrias Mecânicas - Em Recuperação Judicial**

(Companhia aberta)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.758	19	2.083	2.232
Contas a receber de clientes	6	85.349	88.672	114.063	106.338
Estoques	8	49.783	63.649	92.664	103.722
Tributos a recuperar	9	3.660	5.527	6.165	9.314
Despesas antecipadas		2.136	1.868	2.149	1.810
Outros créditos	11	143.042	116.973	69.677	58.793
Total do ativo circulante		285.728	276.708	286.801	282.209
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	37.398	37.398	37.398	37.398
Mútuo com partes relacionadas	12	43.730	38.913	-	-
Títulos e valores mobiliários	10	99	3.940	112	3.940
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	2.573	1.727
Tributos a recuperar	9	4.136	4.079	4.136	4.080
Outros créditos	11	3.827	8.144	6.265	10.104
		89.190	92.474	50.484	57.249
Total do realível não circulante					
Investimentos	13	129.077	131.996	99.992	99.589
Propriedades para investimento	13	98.500	202.199	109.611	213.310
Imobilizado	14	122.363	129.928	156.806	166.936
Intangível	15	24.517	27.302	24.527	28.977
		374.457	491.425	390.936	508.812
Total do ativo não circulante		463.647	583.899	441.420	566.061
Total do ativo		749.375	860.607	728.221	848.270

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa: As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Explicativas.

Contas a Receber de Clientes: Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional aos custos da produção já realizada em relação ao desempenho total do contrato – método de insumos (nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis). O decréscimo de 2,6% na Controladora e acréscimo de 5,4% no Consolidado deve-se ao volume de operações da Companhia, às condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, bem como ao aumento das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Estoques: A variação decorre do volume de operações da Companhia. A redução de 21,7% da Controladora deve-se principalmente à redução de estoques de matérias primas, cumulado com redução em produtos em elaboração e acabados (Ver nota 8 às demonstrações financeiras).

Tributos a recuperar: A variação deve-se ao volume de operações da Companhia e à compensação de tributos devidos com créditos de tributos.

Outros Créditos: A variação deve-se principalmente ao aumento de créditos com adiantamentos a fornecedores nacionais e partes relacionadas, relativos à aquisição de matérias primas, componentes e serviços.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Mútuo com Partes Relacionadas: A variação refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 12 às Demonstrações Financeiras.

Contas a Receber de Clientes: Os valores são decorrentes da execução de contratos de construção de equipamentos e a variação dos prazos de recebimento, incluindo o dilatamento de prazos de execução e suspensão temporária de contratos de construção (ver nota explicativa 6 às Demonstrações Financeiras).

Títulos e Valores Mobiliários: A variação decorre da provisão para perdas em títulos de remuneração variável (Ver nota 10 às Demonstrações Financeiras).

Tributos a recuperar: A variação refere-se principalmente à utilização créditos de PIS, COFINS e IPI.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: Refere-se a IR/CSLL diferido líquido da Controlada Duraferro Indústria e Comércio Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com IR/CSLL diferido passivo (ver nota 9b).

Outros Créditos: A variação deve-se principalmente ao aumento de adiantamentos a fornecedores nacionais e a partes relacionadas.

Imobilizado: A variação deve-se à depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia (ver nota explicativa n. 14 às Demonstrações Contábeis).

Investimentos: A variação decorre da movimentação do patrimônio líquido das Controladas e Coligadas, cuja avaliação é feita pelo método da equivalência patrimonial, (ver nota 13b).

Propriedade para Investimentos: A variação decorre de ajustes a valor justo das propriedades para investimentos.

Intangível: A variação refere-se à aquisição e desenvolvimento de softwares utilizado nas operações da Companhia e, em 2019, à baixa do ágio na aquisição de investimento na DURAFERRO Indústria e Comércio

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ltda.

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas - Em Recuperação Judicial

(Companhia aberta)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	2019	2018	2019	2018
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	86.432	24.868	86.432	24.868
Fornecedores	17	121.081	115.599	121.777	115.270
Obrigações fiscais	18	21.431	21.677	34.479	31.721
Imposto de renda e contribuição social			-	4.882	3.541
Obrigações sociais e trabalhistas	19	116.581	78.460	142.464	101.170
Adiantamentos de clientes	20	59.304	34.503	65.982	44.603
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	65	-	65
Outras contas a pagar		17.666	18.361	20.449	25.627
Total do passivo circulante		422.495	293.533	476.465	346.865
Não circulante					
Adiantamento de clientes	20	14.053	14.053	14.053	14.053
Mutuo com partes relacionadas	12	120.330	90.062	86.272	58.119
Empréstimos e financiamentos	16	146.592	188.746	146.592	188.746
Fornecedores	17	5.015	5.015	5.015	5.015
Obrigações sociais e trabalhistas	19	6.162	6.162	6.162	6.162
Provisão para demandas judiciais	21	19.540	8.791	25.838	10.981
Provisão para perdas invest. empr. controladas	13	59.610	45.382	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	28.182	75.995	34.326	78.273
Obrigações fiscais	18	25.086	26.128	31.178	33.306
Outras contas a pagar		-	10	10	20
Total do passivo não circulante		424.570	460.344	349.446	394.675
Capital social		116.800	116.800	116.800	116.800
Reservas de capital		2.964	111.335	2.964	111.335
Outros Resultados Abrangentes		175.362	179.509	175.362	179.509
Prejuízos acumulados		(392.816)	(300.914)	(392.816)	(300.914)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		(97.690)	106.730	(97.690)	106.730
Total do patrimônio líquido	22	(97.690)	106.730	(97.690)	106.730
Total do passivo e patrimônio líquido		749.375	860.607	728.221	848.270

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos: A variação refere-se à movimentação dos prazos de pagamento entre curto e longo prazo de um ano para o outro, inclusive devido ao pedido de recuperação judicial, bem como à contabilização de juros sobre os financiamentos (nota explicativa 16).

Fornecedores: A variação decorre do volume de operações, dilação de prazos de pagamento e o estabelecimento de acordos para pagamentos parcelados, efetuados antes do pedido de recuperação judicial.

Obrigações fiscais: A variação decorre do volume de operações da Companhia e de parcelamentos a pagar.

Imposto de renda e Contribuição Social: A variação é decorrente das apurações dos tributos a pagar das Controladas.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação decorre do volume de operações da Companhia, das programações de férias aos colaboradores, aumento das verbas rescisórias a pagar e de parcelamentos de salários e encargos a pagar, além de valores a pagar que ficaram sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.

Adiantamento de Clientes: A variação decorre do volume de operações, da movimentação dos prazos de realização decorrentes de suspensões temporárias ou prorrogações das execuções de contratos de construção, além das características dos cronogramas de recebimento e da execução dos produtos sob encomenda – Contratos de Construção (Vide nota 7).

Dividendos e juros sobre o capital próprio: Refere-se a saldos de dividendos não reclamados.

Outras Contas a Pagar: A variação deve-se à principalmente movimentação de provisões de custos em contratos.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Adiantamento de Clientes: Ver explicação no Circulante.

Mútuos com partes relacionadas: Refere-se a empréstimos de mútuos tomados com partes relacionadas em função da necessidade e disponibilidade entre Controladora e Controladas ou outras partes relacionadas (Consolidado). A variação deve-se aos movimentos de pagamentos e entradas de recursos, além da contabilização dos juros incidentes.

Empréstimos e financiamentos: Ver explicação no passivo circulante.

Fornecedores: Não houve variação.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: Os valores referem-se a salários, rescisões e encargos parcelados.

Provisão para Demandas Judiciais: A variação refere-se à movimentação de valores provisionados decorrentes da classificação de riscos e do volume de processos ativos (ver Nota 21).

Provisão para perdas de investimentos em controladas: Refere-se às perdas com investimentos em controladas com prejuízos acumulados que superam o valor do investimento. As variações decorrem dos lucros ou prejuízos gerados por controladas nesta situação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Refere-se à provisão de IR e CSL sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado, bem como, de ajuste a valor

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

justo de investimentos. A variação deve-se à realização por depreciação, venda ou baixa desses ativos e de provisões sobre o saldo de ajustes de ativos avaliados a valor justo, principalmente propriedades para investimentos, além da movimentação dos créditos diferidos (nota explicativa 9b). Em 2019 a variação deve-se principalmente à reversão de provisões sobre ajuste a valor justo das propriedades para investimentos da Controladora.

Obrigações Fiscais: A variação deve-se ao volume de operações da Companhia e suas controladas, bem como a parcelamentos das dívidas tributárias, inclusive decorrente da adesão ao PERT.

Outras Contas a Pagar: A variação refere-se a pagamentos diversos efetuados em 2019.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Reservas de Capital: A variação decorre da constituição de reservas de incentivos fiscais – Controladas, relativas a subvenções governamentais. As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e Assistência Governamentais, entretanto devido às restrições legais quanto à distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reservas de Incentivos Fiscais. Em 2019 a variação decorre da compensação de prejuízos.

Ajustes de Avaliação Patrimonial / Outros Resultados Abrangentes: Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários, inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. Estão registradas também os ajustes a valor justo das propriedades para investimento em seu reconhecimento inicial ou por ocasião da alteração na sua respectiva destinação. As variações decorrem de baixas por vendas destes títulos, das depreciações e baixas do ativo imobilizado e de baixas de propriedades para investimento.

Prejuízos Acumulados: A variação deve-se à acumulação dos prejuízos gerados em cada exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Os diretores devem comentar:

10.2 – Os diretores devem comentar:

- a) Resultados das operações do emissor, em especial:**
- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
 - ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2019, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,1% em relação a 2018 após alta de 1,1% em 2017 e retrações de 3,3% em 2016 e 3,5% em 2015. Nessa comparação, houve crescimento na Agropecuária (1,3%), discreto crescimento na indústria (0,5%) e crescimento nos Serviços (1,3%).

A produção da indústria nacional cresceu 0,5% em 2019, demonstrando a sequencial queda do setor que cresceu apenas 0,6% em 2018 e retração de 0,5% em 2017. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014 (IBGE).

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 0,4% na produção física em 2019.

As áreas de equipamentos para mineração, usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas, com a ausência de novos projetos de investimentos em novas unidades.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

O total da carteira de encomendas da Controladora e das Controladas, representada pela receita líquida de contratos a executar, encerrou o ano de 2019 com R\$ 172 milhões. Em 2018 era R\$ 259 milhões. A Controladora registrou R\$ 113 milhões ao final de 2019 e R\$ 176 milhões em 2018.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 38,0 milhões em 2019 com decréscimo de 58,6% em relação a 2018, quando registrou R\$ 93,7 milhões.

Em 2019, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 3,5 milhões (R\$ 16,0 milhões em 2018).

MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para indústrias em geral;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas hidrelétricas;
- Equipamentos para movimentação de minérios;

MARGENS

A margem bruta consolidada de -27% em 2018 passou para -58% em 2019.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 0,4% na produção física em 2019.

As áreas de equipamentos para mineração, usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas, com a ausência de novos projetos de investimentos em novas unidades.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2019, o risco de crédito totaliza R\$ 94.977 na controladora e R\$ 73.621 no consolidado (R\$ 122.700 e R\$ 96.039 em 31/12/2018, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizável (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Passivos Financeiros não derivativos

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados		31/12/2019					Controladora
Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos	
Empréstimos bancários garantidos	230.193	249.989	74	86.034	72.477	91.404	-
Empréstimos bancários não garantidos	2.830	2.905	284	2.621	-	-	-
Fornecedores	71.842	71.842	52.029	-	1.360	13.438	5.015
Fornecedores - Partes relacionadas	27.953	27.953	-	-	-	-	27.953
Total da dívida	332.818	352.689	52.387	88.655	73.837	104.842	32.968

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados		31/12/2019					Consolidado
Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos	
Empréstimos bancários garantidos	230.193	249.989	74	86.034	72.477	91.404	-
Empréstimos bancários não garantidos	2.830	2.905	284	2.621	-	-	-
Fornecedores	88.183	88.183	68.370	-	1.360	13.438	5.015
Fornecedores - Partes relacionadas	12.578	12.578	-	-	-	-	12.578
Total da dívida	337.548	344.841	68.728	88.655	73.837	104.842	21.357

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

		Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2019	▼	+ 100	(2.326)	(2.326)
	▼	+ 150	(3.488)	(3.488)
	▼	- 50	1.163	1.163
	▼	- 100	2.326	2.326
31/12/2018	▼	+ 100	(2.131)	(2.131)
	▼	+ 150	(3.197)	(3.197)
	▼	-50	1.065	1.065
	▼	-100	2.131	2.131

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

Controladora			
	31/12/2019	31/12/2018	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	552	545	EUR
Importações de materiais	792	937	USD

Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	552	545	EUR
Importações de materiais	792	937	USD

a. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

		Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2019	▼	+25%	(336)	(336)
	▼	+50%	(672)	(672)
	▼	-25%	336	336
	▼	-50%	672	672
31/12/2018	▼	+25%	(370)	(370)
	▼	+50%	(741)	(741)
	▼	-25%	370	370
	▼	-50%	741	741

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores****10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores****a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECANICAS - (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECANICAS - (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) (Companhia) e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para Abstenção de Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Conforme determinado pela NBC TA 510 (R1), somos responsáveis pelos saldos iniciais apresentados comparativamente às demonstrações financeiras intermediárias de 31 de dezembro de 2019. Saldos iniciais incluem assuntos que precisam ser divulgados e que existiam no início do período, tais como contingências e compromissos. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião sem modificação em 29 de março de 2019.

Até a data de emissão de nosso relatório não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre se os saldos iniciais contêm distorções que afetam de forma relevante as demonstrações financeiras intermediárias de 31 de dezembro de 2019 e se as políticas contábeis apropriadas refletidas nos saldos iniciais foram aplicadas de maneira uniforme nas demonstrações financeiras do período corrente, ou as mudanças nessas políticas contábeis estão devidamente registradas e adequadamente apresentadas e divulgadas de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Consequentemente não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações financeiras, se houver, poderiam ser relevantes e generalizadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Base para Abstenção de Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado pela NBC TA 510 (R1), somos responsáveis pelos saldos iniciais apresentados comparativamente às demonstrações financeiras intermediárias de 31 de dezembro de 2019. Saldos iniciais incluem assuntos que precisam ser divulgados e que existiam no início do período, tais como contingências e compromissos. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião sem modificação em 29 de março de 2019.

Até a data de emissão de nosso relatório não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre se os saldos iniciais contêm distorções que afetam de forma relevante as demonstrações financeiras intermediárias de 31 de dezembro de 2019 e se as políticas contábeis apropriadas refletidas nos saldos iniciais foram aplicadas de maneira uniforme nas demonstrações financeiras do período corrente, ou as mudanças nessas políticas contábeis estão devidamente registradas e adequadamente apresentadas e divulgadas de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Consequentemente não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações financeiras, se houver, poderiam ser relevantes e generalizadas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que indica que a administração da Companhia ajuizou em 26 de julho de 2019, pedido de recuperação judicial junto a 9a Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, sob o nº 1026974-06.2019.8.26.0224 ("Recuperação Judicial"), a fim de reorganizar suas obrigações junto aos seus credores. Até a emissão do nosso relatório, o plano de recuperação judicial da Companhia ("plano") e de suas controladas não havia sido apreciado e aprovado pelos credores em Assembleia Geral de Credores (AGC). Considerando a atual situação patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incorreu em prejuízo de R\$ 204.420 mil (R\$ 95.862 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e R\$ 204.420 mil (R\$ 95.862 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) no Consolidado, além de apresentarem capital circulante líquido negativo de R\$ 141.211 mil (R\$ 23.856 mil em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e R\$ 194.108 mil (R\$ 66.565 em 31 de dezembro de 2018) no Consolidado.

Uma incerteza significativa existe quando a magnitude potencial de seu impacto e a probabilidade de sua ocorrência são tais que, no julgamento do auditor independente, a adequada divulgação da natureza e das implicações da incerteza é necessária para apresentação adequada das demonstrações financeiras.

A ausência da aprovação do Plano de Recuperação Judicial e a outros eventos acima descritos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia e suas controladas, não sendo possível concluir se o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado nas circunstâncias atuais.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e sua controlada, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações do valor adicionado. Consequentemente, não expressamos uma opinião/conclusão sobre as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas acima referidas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2020.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8

GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC 1RJ 091330/O-5

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base de Consolidação - Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.3 Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

Prestação de serviços

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Contratos de construção

De acordo com o CPC 47, os contratos de construção correspondem a produtos fabricados sob encomenda de clientes, dessa forma o desempenho na execução do contrato não cria um ativo com uso alternativo, não sendo possível

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

redirecionar o ativo para outro uso ou vendê-lo para cliente diferente, seja em função das especificações únicas de projetos, limitações contratuais ou a perdas econômicas proibitivas. Para mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, a Companhia aplica métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. Os contratos com estas características implicam no direito de pagamento pelo desempenho concluído total ou parcialmente. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como “outras receitas”.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos Financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mensurados pelo Custo amortizado.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos na categorias de Outros passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos Financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A principal diferença na mensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da adoção do pronunciamento CPC 48 (IFRS 9) está relacionada com a alteração do conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além do conceito de perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 (IAS 39), assim, a Companhia passou a reconhecer a perda de crédito esperada para os contratos vendidos, juntamente com o reconhecimento das respectivas receitas.

Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.5 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda cujas receitas são apuradas por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, estão demonstrados líquidos do seu recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é constituída com base na avaliação da companhia que utiliza o conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além da perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada.

3.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

3.8 Propriedades para investimento

A propriedade para investimento inclusive instalações industriais e edificações, quando aplicável, são inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações posteriores no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.9 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. A diferença resultante entre o valor residual do ativo e valor justo é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido no momento da sua transferência e mensuração posterior do valor justo é reconhecido no resultado..

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Arrendamento mercantil

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, tais ativos não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente

Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares e são amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. A amortização inicia-se com a entrada do software em operação.

3.12 Redução ao valor recuperável

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida para o resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidade Geradora de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.13 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

3.14 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o prejuízo ou lucro tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.16 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. O resultado por ação básico e diluído são iguais.

3.17 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

a) Investimentos

Orçamento de Capital

Não houve proposta de retenção de lucros para orçamento de capital relativa ao resultado do exercício de 2019.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existe no momento planos de aprovação para aquisição de novos ativos.

c) Novos Produtos e serviços

Considerando que a Companhia atua principalmente na fabricação de equipamentos sob encomenda, não existe no momento intenção de alteração do foco de atuação.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não temos outros comentários.